

A Universidade Pluriétnica Indígena Aldeia Marakanã (UPIAM), o Transfluências de Saberes/UFRJ e o Comitê de Cultura/MinC: tríade do compartilhamento de (R) Existência Cultural

The Indigenous Multiethnic University Aldeia Marakanã (UPIAM), the Transfluences of Knowledge/UFRJ and the Culture Committee/MinC: triad of sharing Cultural (R) Existence

Beatriz Brandao
Mariana Mayerhoffer

DOI: <https://doi.org/10.20435/tellus.v25iesp.1104>

Resumo: Este artigo investiga a relação entre a cultura e uma universidade indígena, analisando os desafios e as possibilidades presentes nas ações da Universidade Pluriétnica da Aldeia Marakanã na concepção, organização, produção e execução do evento *Transfluências de Saberes*. A pesquisa deste artigo busca compreender como a Universidade Indígena, em compartilhamento de saberes, mas protagonizando os processos, pode contribuir para a (re)existência cultural, a decolonização do conhecimento e a formação de lideranças indígenas. A partir de uma revisão da literatura e com um olhar particular para a relevância do *Transfluências de Saberes*, buscamos compreender de que modo iniciativas que promovem o encontro entre saberes originários/tradicionais, acadêmicos e políticos, como este evento, podem contribuir para a construção de um espaço mais decolonial para a universidade ocidentalizada, visando que a academia possa abarcar os saberes silenciados pelo epistemicídio histórico e corrente. Costurado em três vozes femininas: uma antropóloga, uma psicanalista e uma liderança indígena, o artigo discute a importância da interculturalidade, da autonomia indígena e da articulação entre os saberes tradicionais e os conhecimentos acadêmicos.

Palavras-chave: universidade indígena; interculturalidade; decolonização; educação superior; transfluências de saberes.

Abstract: This article investigates the relationship between culture and an indigenous university, analyzing the challenges and possibilities present in the actions of the Pluriétnica University of Aldeia Marakanã in the conception,

organization, production and execution of the event *Transfluentes de Saberes*. The research in this article seeks to understand how the Indigenous University, in sharing knowledge, but leading the processes, can contribute to cultural (re) existence, the decolonization of knowledge and the formation of indigenous leaders. Based on a review of the literature and with a particular focus on the relevance of *Transfluentes de Saberes*, we seek to understand how initiatives that promote the encounter between original/traditional, academic and political knowledge, such as this event, can contribute to the construction of a more decolonial space for the Westernized university, aiming for the academy to embrace the knowledge silenced by historical and current epistemicide. Sewn together by three female voices: an anthropologist, a psychoanalyst and an indigenous leader, the article discusses the importance of interculturality, indigenous autonomy and the articulation between traditional knowledge and academic knowledge.

Keywords: indigenous university; interculturality; decolonization; higher education; transfluences of knowledge.

1 INTRODUÇÃO

Este texto é fruto do diálogo de duas pesquisadoras – da antropologia e da psicanálise – e uma liderança indígena da Aldeia Marakanã, uma aldeia em contexto urbano da cidade do Rio de Janeiro (RJ), a partir da análise do evento de extensão *Transfluências de Saberes*, que ressaltou a importância da interculturalidade, da autonomia indígena e da articulação entre os saberes tradicionais, os conhecimentos acadêmicos e as políticas públicas de cultura. Essa tríade permitiu a união de esforços e ações que conseguiu coadunar aspectos essenciais para a difusão de saberes ancestrais, na interação com conhecimentos científicos e práticas políticas no âmbito da cultura.

O *Transfluências de Saberes*¹ é um evento anual, de extensão, da UFRJ, que teve sua primeira edição realizada nos dias 04 e 05 de outubro de 2024, na Aldeia Marakanã². O evento promoveu o encontro de pesquisas comunitárias, sejam elas acadêmicas ou provenientes de povos originários e culturas periféricas, com o

¹ Organizado pela UFRJ, pelo Comitê de Cultura do Rio de Janeiro (PNCC-MinC), pelo Laboratório de Psiquiatria Transcultural e Etnopsicanálise (LaPTE-IPUB/UFRJ) e pela Universidade Pluriétnica Indígena Aldeia Marakanã (UPIAM), com apoio do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, que sedia o consórcio da Graduação em Musicoterapia/UFRJ, da Superintendência de Saberes Tradicionais/UFRJ, do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI/UFRJ) e do Minerva Digitais/UFRJ.

² O evento teve um público de mais de 300 pessoas.

objetivo de que, em articulações entre si, tais pesquisas possam confluir na sustentação das lutas políticas que realmente importam para a construção de um outro mundo possível – um mundo que, como dizem Kopenawa e Albert (2015), *sustente o céu* sobre nossas cabeças, o que chamamos de *política de sustentação do céu*.

Nesse primeiro ano de realização, o evento contou com a parceria do Comitê de Cultura do RJ, numa união entre o poder público e os saberes ancestral e acadêmico. O Comitê de Cultura faz parte do Programa Nacional dos Comitês de Cultura, instituído pelo Ministério da Cultura em setembro de 2023 (PNCC/MinC)³. O objetivo geral do PNCC é ampliar o acesso às políticas públicas de cultura, fortalecendo a democracia e a participação popular e cidadã, articulado com o Sistema Nacional de Cultura (SNC). As pautas relativas à igualdade racial e à promoção de direitos das populações negras e indígenas são prioritárias, sendo assim, a conexão com a Aldeia Marakanã, através do *Transfluências de Saberes*, se mostrou essencial para firmar a vocação e a missão do Comitê de Cultura.

Observamos no alinhamento dos campos da universidade ocidental, da política pública de cultura, e da universidade indígena, a confluência de diferentes saberes numa mesma direção: poder fazer *transfluência* entre os diversos “rios” sobre os quais navegam os seres, os saberes e os poderes que contrapõem a hegemônica cultura ocidental, essa mesma que nos rege, sob a égide do capitalismo predatório de seres, rios e pedras dos quais são compostos a vida. É o que Nego Bispo (2020)⁴ nos ensina, que mais que confluir, podemos intentar *transfluir*, afetar o rumo de nossas direções mutuamente.

O evento de extensão da UFRJ nasceu do *Grupo de Pesquisa Musicoterapia e Psicanálise: contracolonialidades, anticolonialidades e decolonialidades* (MAYERHOFFER, 2024) e de sua articulação com o Ambulatório Transcultural, ligado ao Laboratório de Psiquiatria Transcultural e Etnopsicanálise do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, onde são atendidas pessoas trans, pretas, refugiados e imigrantes, e indígenas – estes últimos foco das pesquisas⁵ de uma das autoras

³ Instituído pela Portaria MinC nº 64, de 28 de setembro de 2023, pensada para ampliar os instrumentos da democracia participativa direta e promover as diversas formas de conhecimento sociocultural em todas as regiões e territórios do Brasil. Ver em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/pncc/o-que-e-o-pncc> (MinC/PNCC, 2023).

⁴ BISPO, N. Confluências quilombolas contra a colonização. Vídeo-aula gravada em 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=y3aCjFO7rNE>. Acesso em: 5 mar. 2024.

⁵ Linha de pesquisa *Saúde Mental e povos indígenas: bem viver/bem dizer*, pesquisa O bem

do presente artigo. Dos atendimentos ao sofrimento psíquico de indígenas no Ambulatório Transcultural advieram as Rodas de Bem viver na própria Aldeia Marakanã, atendimento coletivo, demanda dos próprios indígenas de que escutassemos e trabalhássemos também coletivamente, e não mais da perspectiva da saúde mental (ocidental), mas a partir do bem viver indígena, que não aparta a *mente* do corpo, da política, da vida – assim como não aparta o espiritual.

O encontro de pesquisas comunitárias foi assim perspectivado – não mais do ponto de vista da UFRJ, mas a partir dos saberes da Universidade Pluriétnica Indígena Aldeia Marakanã (UPIAM) e passou, assim como os atendimentos, a ser planejado e organizado de modo compartilhado na Aldeia Marakanã, e com seus mestres e mestras, uma das quais a liderança indígena autora deste artigo.

Como mencionado, três mulheres descrevem de que forma o vínculo permitiu com que as reflexões do artigo nascessem, na esperança e no ato de dar protagonismo à capacidade de promover articulações expansivas, com a sociedade civil e o poder público, que a Universidade Indígena possui. Temos Beatriz Brandão, antropóloga, professora de pós-graduação e coordenadora executiva e geral do Comitê de Cultura do Estado do Rio de Janeiro; Mariana Abreu Mayerhoffer, professora da UFRJ, psicanalista e musicoterapeuta, coordenadora da extensão e Potyra Guajajara, liderança da resistência indígena Aldeia Marakanã e professora da Universidade Pluriétnica Indígena Aldeia Marakanã e do Centro de Etnoconhecimento Socioambiental Cauré (CESAC), promotora de oficinas de sementes e medicinas e realizadora do Ciclo Sagrado Feminino, difundindo a sua cultura para outras partes do Brasil e fora dele, com a participação inclusive de parteiras, pajés e outros curadores da medicina ancestral.

As autoras demonstram que o evento foi balizado por diferentes saberes e visou destacar e dar protagonismo aos saberes frequentemente invisibilizados pela hegemônica epistemologia eurocentrada. Bebendo de diversos saberes em suas perspectivas decoloniais, o encontro também promoveu a descentralização

viver indígena e o bem dizer lacaniano: a escuta a indígenas aldeados em contexto urbano no Rio de Janeiro (MAYERHOFFER, F. M. A. Grupo de Pesquisa e Extensão Musicoterapia e Psicanálise: contracolônialidades, anticolônialidades e decolônialidades. 2024. Disponível em: http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/home.jsf?faces-redirect=true#state=5a69013a-add2-41ad-8dbf-a4bc0dfe3952&session_state=578b5a77-d3f7-40d8-a18a-43244f766cf1&code=aaa39c6e-24b5-4caa-a9bb-e29165912dd8.578b5a77-d3f7-40d8-a18a-43244f766cf1.a7c51823-1611-402a-a3ed-eaaf51737f07. Acesso em: 5 mar. 2025.).

das práticas de cura e cuidado ao colocar no tom principal do compartilhamento de saberes o bem viver – aquele que não hierarquiza mente, corpo e espírito, não hierarquiza palavra e música (os cantos são uma importante via de expressão indígena).

O bem viver é a perspectiva de povos originários, como os das diversas etnias que habitam, educam e (r)existem na Aldeia Marakanã. O bem viver é mais do que um conceito, é uma maneira de viver, que se opõe ao habitual modo de vida capitalista, onde corremos desenfreados, *de patins*, diz Lacan (1997)⁶, rumo à autodestruição e amalgamados à extinção da vida em nossa *Pachamama*. Acosta (2016) diz que o bem viver se afirma na simetria da relação entre indivíduo para com ele mesmo, entre indivíduo e sociedade e entre indivíduo e planeta com todos seus seres, por mais equivocadamente insignificantes que possam parecer.

O conceito se apresenta assim como um funcionamento que em três dimensões busca uma operação da vida que busque preservá-la: no cuidado com o próprio corpo, na relação com o outro (seja ele rio, pedra ou humano) e no habitar a mãe terra da qual viemos e de *quem*, como diz Juliana Guajajara (2024)⁷, não podemos ser donos: “ninguém é dono da própria mãe, *somos* dela, *somos* nossa floresta”. Proteger a floresta é uma implicação necessária do bem viver, para não nos destruir, para nos preservarmos na terra como humanos, junto aos animais, às plantas, às pedras e a cada ser que compõe a vida.

Dessa forma, não há separação, com o bem viver, entre ser e terra/território; não se aparta a luta pela retomada da identidade indígena da luta pela demarcação do território sagrado; singularidade e coletividade se interrelacionam conjuntamente; o subjetivo e político não são mais que duas apresentações de um mesmo ser e estar na vida. Por isso, o eixo transversal do evento foi a luta dos indígenas e seus apoiadores contra um mandado de despejo de seu território que aflige a Aldeia Marakanã atualmente, resultado da perene ação colonizadora do estado

⁶ LACAN, J. Seminário 1971-1972. *O saber do psicanalista*. Publicação não comercial exclusiva para os membros do Centro de Estudos Freudianos de Recife. Recife, 1997.

⁷ GUAJAJARA, J. Palestra Floresta: noções de propriedade x pertencimento. Comunicação oral na Roda de Saberes Bem Viver, no evento Transfluências de Saberes, 4 e 5 de outubro de 2024 na Aldeia Marakanã, em parceria com UFRJ. Disponível em https://www.instagram.com/p/DAR-HCKJKv/?img_index=1. Acesso em 2 fev. 2025.

contra os povos originários. O bem viver, para os indígenas sob ação da violência de estado (quais não estão?), é contínuo à luta pela permanência em sua terra: saúde é território. E território é política, a *política de sustentação do céu*, que é a mesma que sustenta o eu, o eu que nos interessa, um eu desbastado de seus efeitos imaginários deletérios, referido à verdade e ao real da estrutura inconsciente em sua ética de bem dizer, como diz Lacan (2003) e como trabalhado em artigo de uma das autoras (Mayerhoffer, 2022).

2 DECOLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO FRENTE AO EPISTEMICÍDIO: COMPARTILHANDO SABERES ANCESTRAIS E OCIDENTAIS

Entendemos que a perspectiva *transfluente* deve nos levar a uma posição radicalmente contrária aos efeitos de colonialidade, tal qual Nego Bispo (2020) chama de posição *contracolonial*, a ser adotada por quem sofre tais efeitos, em contraposição ao decolonial, posição dos sujeitos que detêm hegemonicamente herança colonial da cultura europeia. Esta, por princípio fundante, segundo Marimba Ani (2017)⁸, possui em seu núcleo ideológico, a “busca por poder”, sendo esta sua *asili* (semente de uma determinada cultura), isto é, o poder sobre outros.

Assim, segundo a autora, a dominação mundial desta cultura foi tão bem sucedida porque tudo no desenvolvimento da cultura europeia – suas instituições e suas ideias – fortalecem o propósito de conquista do poder europeu. É um sistema de dominação que necessita da crença na superioridade racial e, portanto, exclui a produção de diferenças, ao retirar o protagonismo sociopolítico de cidadãos e culturas não hegemônicas ao eurocentrismo. É ao que, ironicamente, Krenak (2020) se refere, na negação do estatuto ontológico de humanidade a estas *sub-humanidades*, estes povos que gostam de ficar agarrados à terra nas bordas do planeta, nas esquinas do mundo, segundo o autor. Entretanto, são eles e seu bem viver que preservam o solo e o céu, nossa Abya Yala e toda nossa Pachamama. É com suas cosmologias que não permitem que nós e nossa terra sejamos apagados pela colonialidade, literalmente apagados.

⁸ ANI, M. A visão de mundo africana. Entrevista cedida em 2027 e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zEpavqcubyo>

Na dimensão ética da escuta – enquanto abertura permanente ao outro e à linguagem (grande Outro na psicanálise) – bem como no conceito de pluriversidade que Santos, Guilherme e Dietz (2015) nos apresentam, entrevemos a possibilidade de sustentar uma política intepistêmica na geopolítica do conhecimento. Neste terreno, a *pluriversidade* remete a pluralizar a perspectiva universalizante da universidade ocidental, o que o protagonismo da Universidade Pluriétnica Indígena Aldeia Marakanã na coorganização com a UFRJ, hegemônica universidade ocidental, e o MinC, do *Transfluências*, nos fez produzir e ao mesmo tempo testemunhar. Desta maneira, objetivamos e produzimos um compartilhamento de saberes a partir de uma *política de escuta*, pela qual aprendemos outras perspectivas e nos deixamos afetar pelos saberes originários e pela produção da identidade indígena em curso em tantas comunidades e pessoas pelo país afora – o que consideramos uma ética contracolonial e decolonial que conflui diferentes epistemologias em nossa⁹ universidade.

Situamos nessa pesquisa a política que nos fornece direção na *política da escuta*, de uma forma geral como sendo um certo vetor de leitura e fazeres da política nos saberes e práticas da contemporaneidade que privilegia, no lugar da *troca*, a direção do *compartilhamento*. Nego Bispo (2020) propõe que tal compartilhamento se efetue por meio de uma função que ele chama de *tradução de contratos*, pela qual, por exemplo, a *oralitura* preponderante como meio de transmissão dos povos afropindorâmicos¹⁰ é traduzida em relação ao que, também ele nomeia, linguagem *escriturada* adotada pelos saberes ocidentalizados. Do quilombo, favela, aldeia ou comunidade à academia e no sentido contrário, da academia às práticas contra ou decoloniais, desejamos aqui *traduzir contratos, esperando*¹¹ termos uma produção de saber acadêmico muito mais afetado pelos saberes originários: em vez da produção objetificada de saberes que se faz

⁹ Sendo bem rigorosos, precisaríamos situar esse "nosso", quando ele está sendo usado na perspectiva do compartilhamento ou quando, ao contrário, demarca uma herança colonizadora.

¹⁰ Afropindorâmico é o nome usado por Nego Bispo (2020) para a referência aos povos tradicionais contemporâneos e ao seu lugar contracolônizador, e que aqui utilizamos igualmente como alusão aos saberes àqueles ligados. Para o autor, o termo substitui também as nomeações *indígena* e *negro* dadas pelo colonizador.

¹¹ Como diz Paulo Freire (1992), tem gente que tem esperança como a do verbo esperar, esperar, ao contrário, é ir atrás, se juntar e não desistir, ser capaz de recusar aquilo que apodreça a nossa capacidade de integridade, sendo esperar a capacidade de olhar e reagir àquilo que parece não ter saída.

pela *política de troca*, dar lugar a uma *política da escuta* no compartilhamento, como podemos exemplificar abaixo pela entrevista feita à Cacica Potyra Guajajara.

3 PALAVRAS DE POTYRA GUAJAJARA – LIDERANÇA INDÍGENA

Perguntada sobre como vê a organização conjunta do *Transfluências de Saberes* pela Universidade Pluriétnica Indígena Aldeia Marakanã, junto à universidade (UFRJ) e ao Ministério da Cultura, diz Potyra:

“O Transfluências foi importante aqui pra Aldeia porque veio um grupo de voluntários e teve dois dias de palestras com indígenas e não indígenas também para o conhecimento do território. E teve também o COIREM¹² que é um congresso nacional e internacional muito importante na defesa do território e a gente tá aqui na defesa do território, que, tendo esse apoio de vocês, também do dr. Bruno¹³, e de toda a equipe pra gente aqui da Aldeia Marakanã, para nós que somos liderança, é muito importante todo esse apoio.

A Aldeia Marakanã é o único território indígena que a gente tem terra na cidade do Rio de Janeiro, tem outros territórios, tem mais de nove aldeias ao redor do Rio de Janeiro, mas a gente tem aqui esse território para ser uma Universidade Pluriétnica, uma Universidade Indígena. A gente fala do Círculo Sagrado para acolhimento das mulheres, das crianças, que é importante e tem mais de vinte anos. A gente planta, a gente colhe, a gente nasce, a gente renasce, que são as crianças e as plantas. A terra, a alimentação, tudo isso é muito importante de falar: da terra e da mulher, porque a mulher pare todas as vidas e a terra nos dá a vida depois da mulher, que é a alimentação saudável. Tem que cuidar da nossa água, das nossas florestas, nossos rios, essa defesa, porque é o único lugar para ser discutido isso de todos nós indígenas em contexto urbano, mas também nos-

¹² Depois do *Transfluências*, cerca de 45 alunos extensionistas do projeto da UFRJ voluntariaram-se também para ajudar a fazer acontecer o COIREM – Congresso Internacional da Resistência Marakanã, ocorrido entre os dias 15 e 19 de novembro de 2024, na Aldeia Marakanã. Este foi um encontro de mais de cem etnias de Abya Yala, do Brasil e de fora, para compartilhamento dos saberes dos diferentes povos originários. Mais de mil pessoas participaram das atividades, que contaram com mesas sobre educação, saúde e universidade indígenas, além de diversas atrações artísticas. Cf. COIREM. Congresso Internacional de Resistência Marakanã. Disponível em: <https://www.instagram.com/coirem.marakana2024/>. Evento realizado entre 15 e 19 de novembro de 2024. Aldeia Marakanã, Rio de Janeiro, RJ. 2024..

¹³ Bruno Netto dos Reis, psiquiatra, coordenador do Ambulatório Transcultural (IPUB-LaPTE/UFRJ).

sos indígenas que vêm para vender nossos artesanatos então teve a feira para mostrar os artesanatos diversos e sua arte, língua, cultura.

Acho que a importância de vocês estarem aqui é muito grande. A sociedade toda deveria estar aqui ajudando, porque é um território que a gente fala que é indígena, mas é um prédio histórico, é o primeiro museu do índio, a gente não quer que derrube, a gente quer que construa, mas com a Universidade e com os indígenas aqui dentro: é importante para as crianças também não perderem a língua e manterem a língua nesse território. A gente fala das plantas também: a gente fala de cada planta para que serve, tomar todos os dias, chá, cada um serve para alguma coisa, febre, inflamação, e tudo isso.

A parte espiritual que segura esse lugar, é a parte espiritual de cada pajé, de cada tamuis¹⁴ que esteve aqui, que está aqui, que passa por aqui, a parte espiritual de todos aqueles que não querem esse território, eles todos ou não ficam bem ou passam mal, porque o território é muito sagrado, porque os encantados ficam aqui, os espíritos ficam aqui dos que já lutaram por aqui, e a gente vem renascendo e meus filhos e meus netos e os filhos dos apoiadores, tem muitos apoiadores, 90% são mulheres mas tem também alguns homens importantes, são muitos guerreiros juntos e guerreiras, indígenas e não indígenas: muito importante esse território para todos nós.

Muito importante vocês terem vindo apoiar todos os eventos, e o Coirem, os apoiadores, como indígenas e não indígenas.

Também tem um pouco da minha vida e da minha história no livro Mulheres Guerreiras¹⁵.

*Katu! Katu ahy!*¹⁶

4 INTERCULTURALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

A partir dessa experiência percebemos, ainda com mais força, o quanto é fundamental que se invista em políticas públicas que promovam a interculturalidade

¹⁴ “Tamui, do Tupi, é o mais velho, mais sábio, um/a mestre. É o vovô, ou a vovó quando dizemos warizinha. São os nossos livros” (Guajajara; Guajajara, 2022).

¹⁵ Cf. Pachamama, 2018.

¹⁶ “Obrigado! Muito obrigada!”.

e a valorização dos conhecimentos tradicionais, garantindo a participação efetiva dos povos indígenas. Notamos a presença do PNCC como um importante passo, já que foi instituído num contexto de resgate do diálogo com os movimentos sociais e a sociedade civil, cuja participação popular na formulação e implementação das políticas culturais é indispensável.

Essa iniciativa se alinha com as diretrizes da UNESCO, que defendem a cultura como um direito humano fundamental e como um motor para o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2002). Ao fortalecer o Sistema Nacional de Cultura (SNC), o PNCC promove a diversidade cultural e o pluralismo de saberes, valorizando as expressões culturais de todos os povos e comunidades, em especial aquelas historicamente marginalizadas. A criação dos Comitês de Cultura se insere em um contexto de fortalecimento dos movimentos sociais e de reivindicação por direitos culturais, que se intensificou a partir da década de 1990 (Zanotto, 2004).

Nesse sentido, vemos o diálogo com os povos originários como o primeiro e mais importante passo para o aprofundamento da reformulação das políticas de cultura, pois seguindo a linha do antropólogo Viveiros de Castro (1996), “[...] a cosmologia indígena apresenta uma forma radicalmente diferente de pensar a natureza e a sociedade, o que exige que abandonemos nossas categorias eurocêntricas para compreender a complexidade da diversidade cultural”. Esse foi o caminho escolhido: nos deixar guiar pela cosmologia indígena para que, após esse movimento, a universidade e o poder público pudessem entrar numa postura de aprendizado e compartilhamento no chamado decolonial.

Pela perspectiva decolonial, Mignolo (2017) argumenta que a universidade é uma instituição profundamente marcada pela colonialidade do poder, que silencia e marginaliza os saberes não europeus. A Universidade Pluriétnica Indígena Aldeia Marakanã representa uma tentativa de descolonizar o conhecimento e de construir um espaço de saberes plurais.

Nesse cenário, a UPIAM emerge como um importante ator na promoção da interculturalidade e da valorização dos saberes tradicionais. A realização do evento *Transfluências de Saberes* se insere num movimento mais amplo de descolonização do conhecimento, que busca superar as hierarquias epistemológicas e valorizar as diversas formas de saber e conhecer (Santos, 2014). Ao promover

o diálogo entre diferentes cosmovisões, o evento contribui para a construção de um espaço mais democrático e inclusivo para a produção do conhecimento.

A interculturalidade, entendida como um processo de diálogo e troca entre diferentes culturas, é fundamental para a construção de sociedades mais justas e equitativas. A experiência da UPIAM demonstra a importância da autonomia indígena na gestão de seus próprios processos de formação e produção de conhecimento. Ao protagonizar o evento *Transfluências de Saberes*, a universidade indígena reafirma sua capacidade de construir seus próprios caminhos e de contribuir para o fortalecimento de suas identidades culturais. Essa autonomia é essencial para garantir a diversidade cultural e o respeito aos direitos dos povos indígenas.

A articulação entre o Ministério da Cultura (MinC), a Universidade Indígena e a produção acadêmica representa um avanço significativo na formulação de políticas públicas culturais no Brasil. Essa sinergia permite a construção de políticas que valorizam a diversidade cultural e os saberes tradicionais. Na concordância com Zanotto (2004), de que as políticas culturais devem ser compreendidas como um campo de disputa e negociação, onde diferentes visões de mundo e interesses se confrontam. A parceria entre o MinC e a universidade indígena pode contribuir para deslocar o foco das políticas culturais de uma perspectiva eurocêntrica e homogeneizante para uma abordagem que valorize a diversidade cultural e os saberes locais. Ao incorporar as demandas dos povos indígenas, o MinC pode construir políticas mais sensíveis às especificidades de cada comunidade, fortalecendo a democracia e a participação social.

A universidade indígena, por sua vez, desempenha um papel fundamental na produção de conhecimento sobre as culturas indígenas e na formação de lideranças capazes de defender seus direitos. Ao se conectar com o MinC, a universidade pode contribuir para a elaboração de políticas públicas mais adequadas às necessidades dos povos indígenas, promovendo a valorização de seus saberes e a autonomia de suas comunidades. Como afirma Boaventura de Sousa Santos (2014), é necessário construirmos epistemologias do Sul, que valorizem a diversidade de saberes e conhecimentos, superando a hegemonia do conhecimento ocidental.

Para Nilza Ramos (2001), as políticas culturais devem ser pensadas como um instrumento de democratização da sociedade, promovendo a inclusão social

e a valorização da diversidade cultural. Ao promover a participação dos povos indígenas na formulação e implementação das políticas culturais, o MinC pode fortalecer a legitimidade dessas políticas e garantir que elas atendam às necessidades reais das comunidades.

Compreendemos que a relação entre cultura, políticas públicas, conhecimento acadêmico e saberes originários é complexa e multifacetada, exigindo uma análise que vá além das dimensões econômicas e ambientais. Autores como Vandana Shiva (2020) e Graça Machel (Graça [...], 2024) contribuem significativamente para essa discussão. Shiva, em seus trabalhos sobre agroecologia, demonstra como a agricultura industrial, baseada em modelos de desenvolvimento homogêneos e padronizados, ameaça a biodiversidade e a segurança alimentar de comunidades locais. Em contrapartida, ela defende a importância de valorizar os conhecimentos tradicionais e as práticas agrícolas sustentáveis, que respeitam a diversidade cultural e os ecossistemas locais. Já Graça Machel, em sua luta pelos direitos das mulheres e crianças, enfatiza a necessidade de integrar as dimensões social, cultural e ambiental no desenvolvimento sustentável, ao colocar em evidência as desigualdades de gênero e as violações dos direitos humanos.

O evento *Transfluências de Saberes* contribui significativamente para a (re)existência cultural dos povos indígenas, ao promover a valorização de seus saberes e práticas culturais. Ao fortalecer a identidade indígena e a autoestima de seus membros, o evento contribui para a formação de lideranças indígenas capazes de defender seus direitos e de participar ativamente da construção de um futuro mais justo e equitativo para todos. Além disso, o evento representa um importante passo para a descolonização da universidade, ao abrir espaço para a inclusão dos saberes indígenas nos currículos e nas práticas pedagógicas, isto é, em seu ensino, pesquisa e extensão, e na indissociabilidade entre estes nesta inclusão. O encontro teve atrações culturais e suas possibilidades de reflexão a partir da interação de corpos, sentidos e saberes, explicitando o quanto a produção de saberes e suas consequentes transfluências dependem de corpos abertos à diferença e à confluência, como nos ensina Nego Bispo.

Ao propor um lugar da troca entre saberes acadêmicos e tradicionais, instaura uma política da escuta que valoriza as experiências e conhecimentos dos povos indígenas. Nesse espaço de diálogo, se manifesta na busca por uma

comunicação horizontal e equitativa, onde todos os participantes têm a oportunidade de contribuir e aprender. Através da tradução de contratos entre diferentes cosmovisões, o evento contribui para a construção de um entendimento comum sobre os desafios e as possibilidades de um futuro mais justo e equitativo, esperando uma política de sustentação do céu.

5 A POLÍTICA DE SUSTENTAÇÃO DO CÉU: O ENCONTRO DE PESQUISAS POR UM OUTRO MUNDO POSSÍVEL

A perspectiva pela política de sustentação do céu, que inclui a política de escuta, do *Transfluências de Saberes*, implicou que o evento contasse com convidados das mais diversas áreas de saberes originários, tradicionais e populares com os ditos saberes acadêmicos, para a composição de: RODAS DE SABERES, OFICINAS e APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS, transfluindo acerca das candentes questões que atravessam corpos dissidentes, como os femininos, maternos, negros, indígenas, refugiados e LGBTQIAPN+. O evento foi gestado com a ideia de ser um projeto onde pesquisas e pesquisadores, mestres e mestras das culturas ancestrais, tradicionais, populares ou periféricas pudessem se encontrar em dois dias de manhãs, tardes e noites de confluências e transfluências de seus fazeres.

Mais que os dois dias de evento, o *Transfluências* pretende ser um projeto contínuo que transversalize e no encontro de diversas lutas as fortaleça, e esse encontro começou a se dar pela rede social do projeto – @Transfluência¹⁷ – já antes do evento, e permanece depois dele, pois a rede social mantém sua parceria principal com a página da Aldeia Marakanã – @tekohawmarakana¹⁸ – assim como segue sendo um espaço de confluências de outras lutas. Tanto a rede social quanto o evento em si foram e são pontos de encontro para as pesquisas *transfluírem*, como vem acontecendo no compartilhamento de saberes entre os pesquisadores que se conheceram e enriqueceram no contato mútuo.

¹⁷ Cf. Publicação de Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *Transfluências de Saberes* (rede social). Disponível em: <https://www.instagram.com/transfluencia/>

¹⁸ Cf. Postagem de Aldeia Marakanã. Disponível em: <https://www.instagram.com/tekohawmarakana/>

6 RODAS DE SABERES

O evento foi composto de três Rodas de Saberes, com os eixos *Territórios*, *Cuidados* e *Bem Viver*, e com dez a doze pesquisadores¹⁹ em cada Roda:

6.1 Roda de Saberes I – Territórios

- Potyra Guajajara: *Medicina das plantas*
- Daniel Puri: *Universidade Indígena Brasileira*
- Samara Potyguara: *Arte indígena e território*
- Marcia Cabral: *Confluências de saberes tradicionais na UFRJ*
- Mariana Trotta: *Judiciário e as lutas territoriais*
- Carmen Andriolli: *Territórios tradicionais caiçaras e direitos*
- Leila Lemes: *O samba como um território de vida*
- Thais Chilinque: *Corpo velado – criação e cuidado: em tempos salvacionistas*
- Vaneza Azevedo: *Erguer a voz, falar, e numa boa: Ensinaamentos instigantes do feminismo negro, a partir de Bell Hooks e Lélia Gonzalez*
- Gabriela Barreto Lemos: *Mulheres e outros grupos sub representados na ciência e na tecnologia*
- Marly Chagas: *Fluxos sonoros*
- Thamires: *Conexão G – Cidadania LGBT e Território*

6.2 Roda de Saberes II – Cuidados

- Luciana Tupinambá: *Indígenas em contexto urbano na cidade do Rio de Janeiro*
- Ash Ashaninka: *Nano Cosmologia das florestas*
- Patricia Caetano: *Encant'águas: Sonhando as Águas do Futuro*
- Edson Tupinaé: *A lei nº 11645 numa perspectiva contracolonial*
- Alexandre Mendes: *Entre Salgueiro e Teatro Municipal: o enredo Hutukara como espaço para a extensão universitária*

¹⁹ A minibiografia de cada pesquisador, oficinairo e artista pode ser consultada na página da rede social do *Transfluências de Saberes* (@Transfluência, no Instagram).

- Maria Tavares e Amana: *LaPTE – Núcleo Travessias: o acompanhamento da saúde mental de pessoas trans*
- Anna Katharina: *Saúde mental e o trabalho com as fronteiras da linguagem: o Ambulatório Transcultural com imigrantes e refugiados*
- Amanda Almeida: *Direito ao aborto e acesso ao SUS*
- Jeudiel Martinez: *Quem governa os governantes? Questões sobre a democracia no século XXI*
- Bianca Bruno: *Samba da minha terra*
- Rejane Nunes: *A capoeira como prática libertária e terapêutica de crise*

6.3 Roda de Saberes III – Bem Viver

- Juliana Guajajara: *Floresta: noções de propriedade x pertencimento*
- Bruno Reys: *Bem viver e saúde mental dos povos indígenas*
- Júlia Xavante: *A palavra mulher em diversas línguas indígenas*
- Danielle Bastos: *Universidades Indígenas Autônomas no Mundo*
- Luciano Elia: *Psicanálise, povo e ancestralidade*
- Pajé Ricardo Ajuricaba: *Okanomia e Restauração*
- Gustavo Coelho: *Os sem sentimento: a necropolítica no sujeito em medida socioeducativa*
- Sândia Santos: *O arquétipo da mãe terrível em casos judiciais midiáticos*
- Breno Tupinambá: *indígenas na universidade*
- Lucas Urubatan: *Musicoterapia Comunitária*

Nas rodas, compartilharam suas ações e ideias pesquisadores dos saberes dos indígenas, caiçaras, pretos, da psicanálise, da psiquiatria, da musicoterapia, das ciências sociais, da física, do jornalismo e comunicação, das medicinas ancestrais, das universidades indígenas e das universidades ocidentais, das maternidades, do direito, das artes, das danças, da educação, dos feminismos, do teatro, da música, da medicina... com o intuito de que, como ponto de encontro, cada roda se desdobrasse em ações compartilhadas nas lutas por um outro mundo possível.

7 OFICINAS

Foram realizadas 18 oficinas para crianças e adultos ao longo dos dois dias, antes, depois ou durante as rodas de saberes. Algumas oficinas ocorreram simultaneamente umas às outras. As oficinas para as crianças foram as realizadas durante as rodas de saberes, para que as mães, principais cuidadoras das crianças na sociedade ocidental, pudessem participar das rodas enquanto seus filhos estivessem convivendo com os saberes ancestrais – tendo sido o tema da sobrecarga materna que o patriarcado ocidental impõe às mulheres também abordado nas rodas.

Oficina Tranças e ancestralidade negra – Alcineia Amancio

Oficina grafismos corporais – Sandro Akroá e Ester Pataxó

Oficina Livro de histórias ancestrais com tintas naturais – Samara Potyguara

Oficina de corda e brincadeiras – Mayra e Natália

Oficina Medicina Ancestral Matrilinear – Mônica Lima

Oficina de capoeira – Livia de Paula Machado Pasqua

Oficina Escute as Plantas – Amanda Mara Goitaká

Oficina Ze'egte e as línguas que tecem o tronco tupi – Cacique Urutau

Oficina de chá e medicina das plantas – Potyra Guajajara

Oficina Filtro de sonhos – Galvino Guajajara

Oficina de Plantio – Manejo do território: tecnologias ancestrais para a soberania dos povos – Daniel Puri

Oficina Arte-Acolhimento – Julia Flor

Oficina Visita à Aldeia: Cine e Bioconstrução – Sóstenes Chaim

Oficina de flechas – Nilton Guajajara

Oficina Editais – Ministério da Cultura

Oficina Ninho de histórias – Mel Xakriabá

Oficina tela e pinturas – Hellen Karajá

Oficina Sementes – Ana Lucia Guajajara e Maria Guajajara

8 PERFORMANCES ARTÍSTICAS

Houve Feira de Artes Indígenas durante todo o evento, assim como performances artísticas, tanto do ponto de vista da universidade ocidental, como a performance da professora Cecília Cipriano – *Um olhar escavador de espaços não permitidos*, que escavou mais uma parte asfaltada da Aldeia, como ponto de partida para um documentário (a ação foi filmada pela equipe de áudio visual da Aldeia Marakanã), como a *Oficina espetáculo de Cacuriá*, com a artista Darlene Santos. Houve também as oficinas-performances *Bambolê Pirofágico*, com Micaela, e *Pirofagia e malabares*, com Breno Tupinambá.

O Cine Aldeia, coordenado por Max Mapuche, foi outro ponto alto do evento, em cada dia transmitiu filmes como *Para onde foram as andorinhas*, de Mari Corrêa, e *Estado de Exceção*, de Jason O'Hara, além de *Cantar é Saúde Timbira*, de Evandro Medeiros e Alexandra Duarte. As atrações teatrais de Dário Jurema, e musicais de Lucas Kariri e Maya Coragem & 7 Véus sacudiram o público. O *Transfluências* foi encerrado com uma encantada Roda de Maraká em torno da fogueira, onde vivemos em ato o poder curador do canto indígena, seguida da Festa de Saberes, onde dançamos ao som de músicas indígenas, nordestinas, e populares, celebrando a alegria do compartilhamento de seres, corpos e saberes.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao promover o encontro entre diferentes cosmovisões, o *Transfluências de Saberes* contribui para a descolonização do conhecimento, desafiando a hegemonia do pensamento eurocentrado nas instituições de ensino, no qual a hierarquia na detenção dos saberes e poderes advém de um que sabe e outro que recebe o ensinamento, de forma não dialógica. A experiência da organização conjunta do *Transfluências de Saberes* pela Universidade Pluriétnica Indígena Aldeia Marakanã com a UFRJ e o Ministério da Cultura, em particular, demonstrou como a articulação entre os saberes tradicionais e os conhecimentos acadêmicos pode gerar novas formas de pensar e agir, contribuindo para a transformação social.

Apesar dos avanços observados, a construção de um espaço acadêmico que valorize os conhecimentos tradicionais ainda enfrenta diversos desafios. A

resistência a mudanças nas instituições de ensino, a falta de reconhecimento dos saberes tradicionais e a necessidade de formação de professores indígenas são alguns dos obstáculos a serem superados. No entanto, iniciativas como o *Transfluências de Saberes* demonstram que é possível construir pontes entre diferentes saberes e culturas.

Ao desafiar a hegemonia do conhecimento eurocêntrico, o evento fortalece a luta por direitos e a valorização da diversidade cultural. A visibilidade dada aos saberes tradicionais indígenas pode inspirar novas formas de organização social e política, baseadas em princípios de cooperação, respeito mútuo e cuidado com o meio ambiente. No entanto, é fundamental que os conhecimentos tradicionais sejam reconhecidos não apenas em eventos pontuais, mas também nas políticas públicas e nas instituições de ensino, de forma a garantir a sua preservação e a sua transmissão para as futuras gerações.

Portanto, essa articulação representa um importante passo em direção à construção de um espaço acadêmico mais plural e inclusivo. No entanto, é preciso reconhecer que este é apenas o início de um longo processo. A descolonização do conhecimento é uma tarefa complexa e desafiadora, que exige a transformação profunda das instituições de ensino e a superação de diversas resistências. Para que os avanços alcançados sejam consolidados, é fundamental que sejam desenvolvidas políticas públicas que promovam a valorização dos saberes tradicionais e a participação dos povos indígenas na construção de um futuro mais justo e equitativo. Além disso, é preciso investir na formação de professores indígenas e na criação de materiais didáticos que incorporem os conhecimentos tradicionais nas diferentes áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

CASTRO, E. V. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 115–144, out. 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GRAÇA Machel reconhecida como defensora dos direitos das mulheres e crianças. *O país*, Baixa Maputo, 31 ago. 2024.

GUAJAJARA, U. J.; GUAJAJARA, P. *Em nossas artérias, nossas raízes*. Teko haw Maraka'na. Rio de Janeiro: Aldeia Maracanã/Cesac, Universidade Indígena Aldeia Maraka'na, 2022.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LACAN, J. *Televisão*. In: LACAN, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MAYERHOFFER, F. M. A. Sustentar o céu e fazer o eu advir: reflexões sobre “A queda do céu” e o advento do eu no fim de análise. *Lugar Comum*, Rio de Janeiro, n. 62, jan. 2022.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, p. e329402, 2017.

PACHAMAMA, A. *Guerreiras: mulheres indígenas na cidade, mulheres indígenas da aldeia*. Rio de Janeiro: Pachamama Editora, 2018.

RAMOS, N. *Cultura e política: ensaios sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SANTOS, B. S.; GUILHERME, M.; DIETZ, G. Da universidade à pluriversidade: Reflexões sobre o presente e o futuro do ensino superior. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, v. 31, n. 31, p 201-212, 2015.

SANTOS, B. S. *Descolonizar o saber, reinventar o poder*. São Paulo: Cortez, 2014.

SHIVA, V. Recuperar a terra, nosso alimento e nossa agricultura. *Instituto Humanitas UNISINOS*, São Leopoldo, 14 mar. 2020.

UNESCO. *Records of the General Conference: 31st Session – Resolutions*. [volume I]. Paris: Unesco, 2002.

ZANOTTO, G. *Política cultural: um campo de disputa*. São Paulo: Annablume, 2004.

Sobre os autores:

Beatriz Brandao: Pós-Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialização em Estudos Diplomáticos pelo Centro de Direito Internacional de Belo Horizonte. **E-mail:** brandao.beatrizm@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-1481-8634>

Mariana Mayerhoffer: Doutora em Pesquisa e Clínica da Psicanálise pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Mestrado em Pesquisa e Clínica em Psicanálise pela UERJ. Graduação em Musicoterapia – Conservatório Brasileiro de Música – Centro Universitário. Residência em Saúde Mental, em nível de especialização, pelo Instituto Philippe Pinel. Membro do Laço Analítico Escola de Psicanálise/Sede Rio, onde atua como psicanalista efetiva, professora do curso de formação e coordenadora de seminário sobre política, instituição pela qual atua ainda como Delegada no Movimento de Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras. Atua em prática clínica em Consultório Particular. Tem experiência na área de musicoterapia e psicanálise na saúde pública em funções clínicas, de supervisão, de pesquisa e de gestão. Atua como musicoterapeuta e preceptora e supervisora do Estágio Integrado em Saúde Mental e da Residência em Saúde Mental no Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi) Maurício de Sousa, da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro (SMSDC-RJ). Musicoterapeuta e Psicanalista. **E-mail:** mariana.mayerhoffer@ipub.ufrj.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0001-4312-720X>

Recebido em: 28/11/2024

Aprovado para publicação em: 23/01/2026